

Simone Batista da Silva
UFRRJ

Introdução

Após o término da Guerra Fria, com a derrubada do chamado Segundo Mundo, o mundo vem presenciando um ciclo novo na história da humanidade: a expansão do capitalismo e seu avanço a passos largos por todo o globo terrestre, passando a ser a forma preponderante de economia entre as Nações. Hoje, a maioria dos povos utiliza as mesmas formas de produzir, de administrar e de comercializar bens materiais e simbólicos; observa-se que quase já não há sociedades isoladas com suas idiossincrasias econômicas, políticas e culturais. Criou-se a sociedade global, de fronteiras político-econômicas cada vez mais frágeis. Os acontecimentos no Brasil, por exemplo, podem ter impactos no leste asiático e viceversa, porque as consequências de quaisquer fatos são distribuídas pelo mundo capitalista não importando de onde se tenham originado.

Esse processo de globalização do capitalismo traz consigo a globalização das ideias e dos interesses; muito mais que atividades sociais e econômicas atravessando fronteiras, a globalização implica a infraestrutura econômica e normativa, na sua básica física, e uma superestrutura simbólica, que, juntas, permitem a interligação do globo. A infraestrutura física se mostra nos sistemas bancários muito semelhantes e nas regras de comércio acordadas multilateralmente. A superestrutura simbólica aparece, por exemplo, na língua inglesa, que é utilizada como língua franca, e incentivada a ser utilizada em todos os lugares do globo.

Diversas pesquisas acadêmicas desenvolvidas nas áreas de Educação e da Linguística Aplicada ao longo de vários anos e em variadas regiões do país mostram que alunos e professores de inglês, quando indagados sobre a relação entre inglês e sociedade, ou sobre a importância de estudar inglês, ou mesmo sobre seus motivos para estudarem inglês, respondem que o inglês é necessário para a vida globalizada, que abre portas para os melhores empregos, ou que é importante para entender a vida

¹ Este artigo foi publicado também na Revista SEDA, da UFRRJ, no segundo semestre de 2016.

contemporânea (PAIVA, 2003; SILVA, 2012). O inglês, assim, é visto como um produto que se adquire para adquirir outro(s) produto(s).

Esse pensamento tem origem, provavelmente, nos processos de mercantilização e americanização da cultura, em que os Estados Unidos da América, como grandes propagadores de sua própria cultura, fazem a língua inglesa ser amplamente difundida por intermédio de seu predomínio na veiculação internacional da produção acadêmica e científica, nas publicações na mídia tipográfica e eletrônica, e nas produções cinematográficas e fonográficas que viajam por quase todas as partes do planeta, fazendo parte das vidas dos cidadãos e dos povos.

Além disso, poderosas empresas norte-americanas estabelecidas como verdadeiras estruturas de poder, com suas relações econômicas marcadas pelo neoliberalismo – que defende a busca incessante pelo lucro – ditam as regras do mundo capitalista influenciando o comportamento dos sujeitos em escala global, implantando uma necessidade de aprender inglês para melhor compreensão e autonomia nas relações econômicas e culturais que perpassam as nações. Dessa maneira, o discurso neoliberal se estabelece subjacente aos processos de ensino/aprendizagem/uso de inglês na sociedade brasileira.

Entretanto, pesquisadores dos Letramentos Críticos assim como as OCEM-LE (BRASIL, 2006), entendem que o projeto educacional de ensino de inglês nas escolas da educação básica no país precisa ser muito mais amplo e substancial do que simplesmente instrumentalizar os indivíduos para conseguirem um lugar melhor na sociedade competitiva ou enxergar a língua inglesa como *commodity*. Professores, pedagogos, linguistas e pesquisadores da Educação em geral têm ciência de que o ensino de uma língua é muito mais significativo social, cognitiva e simbolicamente do que uma proposta de conceber a língua inglesa como um bem de consumo.

Neste artigo, proponho-me a discorrer brevemente sobre o neoliberalismo e sua influência nos discursos educacionais contemporâneos, ajustando o foco especificamente para o ensino de língua inglesa nas escolas de educação básica no país. Defendo que os pressupostos do neoliberalismo têm tido uma nefasta influência nos discursos sociais e, conseqüentemente, nos discursos pedagógicos. Também procuro problematizar o ensino de língua inglesa e sua importância para a formação cidadã dos aprendizes muito além da simples instrumentalização dos indivíduos para atender aos interesses econômicos das grandes estruturas de poder da proposta neoliberal.

1. O discurso neoliberal e a educação no Brasil

O neoliberalismo é uma doutrina política e econômica que defende o capitalismo, o livre mercado e a menor interferência possível do Estado nas transações comerciais entre os sujeitos de uma sociedade; esse conjunto de ideias entende que o crescimento de uma nação depende do livre comércio e da livre circulação do capital ou não será possível haver rápido progresso e crescimento econômico. Dentre as propostas do neoliberalismo estão: o capitalismo como base da economia; o livre comércio com a mínima intervenção do Estado; as privatizações de estatais; o aumento da produção e do consumo; o princípio de oferta e procura regulando os preços dos produtos; a livre participação de empresas multinacionais na economia de um país. Nas palavras de Octavio Ianni, o projeto neoliberal para as sociedades “sempre privilegia a propriedade privada, a grande corporação, o mercado livre de restrições políticas sociais ou culturais, a tecnificação crescente e generalizada dos processos de trabalho e produção, a produtividade e a lucratividade” (IANNI, 2001, p. 219, 220).

Os defensores do neoliberalismo apresentam-no como uma proposta adequada ao mundo contemporâneo e ao nível de evolução social a que chegamos, com a justificativa de que a mínima participação do Estado permite a liberdade do indivíduo como um cidadão transnacional, global, que se identifica em qualquer parte do mundo, já que o Estado não ocuparia mais a posição de unidade básica para a ordem mundial. Desse modo, os sujeitos se tornam livres de suas amarras nacionais, desvinculam-se das ideologias locais, e a ordem mundial pode ser estabelecida a partir de uma cidadania transnacional vivida em um exercício compartilhado internacionalmente. Os sujeitos são livres, são consumidores, são *des-envolvidos*, são membros de uma sociedade neoliberal de poder global.

Todavia, se olharmos atentamente, veremos pontos que precisam ser ponderados. Primeiramente, a mínima intervenção do Estado nas relações econômicas significa minimização da oferta de serviços públicos e de políticas públicas de seguridade social, educação, saúde, tais como aposentadoria, seguro desemprego, escola e universidade públicas, entre outras. Segundo ponto é que, para que as grandes e poderosas empresas transnacionais, cerne da proposta neoliberal, consigam manter os lucros e o poder sempre em ascensão, é preciso que estejam em constante conquista de novos mercados. Assim, em termos de cidadania, as identidades particulares étnicas, nacionais, religiosas e de gênero precisam ser apagadas ou, no mínimo, neutralizadas

em prol de um cidadão global, que se adapta a qualquer lugar do mundo e que consome em seu país o que consumiria em qualquer outro. A produção em larga escala, seja de bens de consumo, simbólicos ou culturais, precisa ser homogeneizada para que os lucros sejam incrementados. Por isso, é tão importante, a ideia de cidadania global, de pertencimento ao todo, desvinculando-se de suas culturas locais. Faz-se imprescindível difundir a ideia de que a cultura global é muito importante e que é preciso se adequar às tendências globalizadas apresentadas pelas grandes multinacionais; é essencial que haja um deliberado controle da opinião pública. Assim, “o sistema neoliberal tem, por conseguinte, um subproduto importante e necessário – uma cidadania despolitizada, marcada pela apatia e pelo cinismo” (McCHESNEY, 2002, p. 10).

Da mesma forma, os defensores do neoliberalismo apontam que essa proposta atende diretamente ao fortalecimento da liberdade dos indivíduos e do respeito aos direitos humanos, já que o vínculo entre território e poder político é rompido, e já não se pode fazer qualquer atrocidade em nome da soberania nacional e do poder governamental, uma vez que esses são exercidos de forma compartilhada e supervisionada pela comunidade neoliberal global.

Um problema dessa configuração de enfraquecimento dos governos locais é que, a despeito de terem sido instituídos para cuidar de seu público interno (CHOMSKY, 2002), e para serem por esse fiscalizados, controlados e avaliados, os governos, na predominância do neoliberalismo, são convertidos em “agência[s] para o ajustamento das práticas e políticas da economia nacional às exigências estabelecidas pela economia global” (IANNI, p. 219), e a ideia de Estado-Nação vai, gradualmente, dando lugar à concepção de Estado-membro [de uma instituição maior e mais poderosa]. Isso reconfigura totalmente o cenário geopolítico mundial visto que diversas forças intergovernamentais e transnacionais operam sobre os governos e suas políticas e práticas, os quais acabam por não conseguir oferecer serviços fundamentais sem cooperação internacional. Por isso, em uma atitude de sucumbir às pressões externas, os próprios governos têm preferido participar de acordos multilaterais políticos, econômicos e ambientais, como forma de garantirem segurança e uma mínima estabilidade nessas áreas.

Por esse motivo, as ditaduras são condenadas, e a democracia fica estabelecida como o regime político preferido para o projeto neoliberal – porque a democracia

implica liberdade individual política, econômica, ideológica, religiosa². Pelas propostas do neoliberalismo, é necessário que a população seja “afastada da informação, do acesso e dos fóruns públicos indispensáveis a uma participação significativa na tomada das decisões” (Mc CHESNEY, 2002, p. 9). Como infere Chomsky (2002), a melhor forma para enfraquecer a democracia de um país é pegar a tomada das decisões que afetam as vidas e sonhos dos cidadãos e transferir do âmbito público para o âmbito das instituições privadas e que não estão sujeitas ao controle público nacional e à supervisão pública local – é o que fazem os acordos de livre comércio com as democracias estabelecidas. McChesney (2002, p. 10), a respeito da ideologia neoliberal explica que “a democracia é admissível desde que o controle dos negócios esteja fora do alcance das decisões populares e das mudanças, isto é, desde que não seja democracia”.

Internamente, ou seja, dentro dos limites de um determinado espaço geográfico organizado politicamente, os defensores do projeto neoliberal asseguram que há maiores diálogos e negociação entre trabalhadores e empregados se não houver a intervenção do Estado. E argumentam que é essa negociação plena que leva ao progresso e ao desenvolvimento tanto no nível individual quanto coletivo e nacional. Entretanto, a esse respeito, Octavio Ianni (2001) afirma o seguinte:

Primeiro, é uma ficção jurídico-política, ou propriamente ideológica, a alegação de que compradores e vendedores de força de trabalho e outras mercadorias se apresentam no mercado sob as mesmas condições de liberdade e igualdade. Frequentemente são desproporcionais, ou melhor, descomunais as diferenças entre as condições sob as quais os compradores e os vendedores de força de trabalho se defrontam no mercado. A empresa, a corporação ou o conglomerado dispõem de poderes excepcionais de barganha, quando comparados com o sindicato, a união operária ou a confederação. (IANNI, 2001, p. 221)

Se eu não puder qualificar como embuste e falácia esse discurso da facilidade de negociação entre os representantes do capital e os representantes da força de trabalho, qualificaria como romântica e idealizadora, visto que, como Ianni mostra, são

² Cabe esclarecer que, ao afirmar que as democracias, em suas variadas configurações, são os regimes políticos favoritos para a difusão mais eficaz de ideais neoliberais, não estou aqui me posicionando contra as democracias nem mesmo insinuando que sejam braços da disseminação neoliberal no mundo. Apenas estou explicitando que, porque as democracias prezam pela liberdade e pela participação plena dos cidadãos, torna-se mais fácil aproveitar-se desses constructos de vida plena do cidadão para propagar ideais de consumo, lucro e bens, afastando-os de suas limitações éticas, e vertendo-os ao serviço do amplo e irrestrito enriquecimento das megaempresas multinacionais, fazendo o cidadão comum esquecer-se de que sua participação plena implica analisar, discutir e tomar decisões nos âmbitos social, econômico e político de seu país.

radicalmente assimétricas as relações de poder entre as partes envolvidas. Sem me revestir de romantismo, sou levada a concordar com McChesney, quando afirma que o neoliberalismo é “um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivos de maximizar seus benefícios individuais” (McCHESNEY, 2002, p. 7).

O alcance das propostas neoliberais não se limita estritamente à economia, como se a economia fosse um aspecto independente; afinal, são as relações econômicas, de produção e de troca que determinam as ideias, as atitudes dos cidadãos de uma sociedade. Assim, de caráter político e econômico – porque os participantes dessa economia são sujeitos sociais – o neoliberalismo acaba por atravessar todas as nossas práticas realizando “o monopólio das mentes e corações pelas corporações transnacionais da mídia” (IANNI, 2001, p. 226). O discurso neoliberal nos interpela em sujeitos neoliberais de uma aldeia global (McLUHAN, 2005). Somos levados a pensar a vida e as práticas sociais pelo viés neoliberal, a nos entender como indivíduos sempre em ascensão, na busca pelo lucro, defendendo a extrema competitividade com a intenção de ganhar sempre mais, de estar à frente, de ser a melhor força de trabalho. O individualismo é elevado à sua máxima potência, os cuidados com a coletividade são deixados de lado, porque importam para os indivíduos somente o lucro, o ganho, o investimento, e a vida passa a ser atravessada por esse discurso.

A cultura nacional, por exemplo, que anteriormente funcionava como uma fonte de orientação ética, política e valorativa de uma sociedade, quando se encontra ligada ao neoliberalismo, cede espaço – e poder – às orientações vindas da entidade a que Ianni chama, sarcasticamente, de *A Santíssima Trindade do Neoliberalismo* – a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (IANNI, 2001). Essas instituições operam assimetricamente sobre as organizações políticas constituídas difundindo seus ideais e políticas “que operam de cima pra baixo, à revelia dos povos e coletividades que compõem a maioria da população mundial” (IANNI, 2001, p. 226).

O problema de o discurso neoliberal chegar à arte, à cultura, e à educação – direitos dos cidadãos transformados em bens simbólicos das sociedades, é que, sendo o lucro e o aumento dos mercados a proposta essencial, corre-se o risco de não haver espaço para a transcendência e para a elaboração do conhecimento humano. Por isso,

quero problematizar a onipresença dos discursos neoliberais nas práticas sociais incluindo as pedagógicas.

2. O neoliberalismo e educação formal

Há muitas décadas, a Educação, um sistema instituído formalmente com a missão de democratização dos conhecimentos construídos ao longo da nossa história como seres sociais e culturais no planeta, vem sendo vista como um direito que todos os humanos devem ter. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, diz o seguinte:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ONU, 1948, art. 26)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos indica que a educação formal nos estados membros das Nações Unidas³ seja orientada para o desenvolvimento pleno da personalidade humana, para o respeito e as liberdades fundamentais. Esses não parecem ser os pressupostos neoliberais para a Educação, visto que propõem conectar educação, qualidade, mercado de trabalho, produção, lucro. Vejo conflito de objetivos nas duas propostas. Afinal, a Educação, como desenhada pela Declaração, não tem como prioridade a formação profissional, a qual deve ser acessível a todos, mas não a prioridade do sistema educacional de um estado membro.

³ Embora ciente das distinções conceituais essenciais que existem entre *instrução* e *educação* (LIBÂNEO, 1994), ousou considerar esses termos neutralizados em minhas próximas considerações nesta seção, visto que o termo *instrução*, como citado na Declaração de Direitos Humanos, acima transcrita, está totalmente circunscrito à conceituação de Educação do autor, estabelecendo-se, semanticamente, em uma relação de meronímia com o termo Educação.

Não quero aqui negar a ligação histórica entre escola e trabalho nem defender uma desconexão entre ambos; afinal, a escola prepara os sujeitos que vão constituir a força de trabalho de um país e colaborar para o crescimento científico, econômico e social de uma nação. Entretanto, a proposta educacional tem a ver com formar uma força de trabalho composta de cidadãos aptos a exercerem sua cidadania plenamente. Desse modo, o foco em formação de força de trabalho para a priorização de lucros não pode ser o princípio norteador dos sistemas educacionais. Antes, é importante que seja enfocada a formação humana desses indivíduos que irão compor a força de trabalho de uma nação.

O discurso neoliberal, porém, em sentido oposto, defende a transferência de conceitos, postulados e práticas do mercado para que sejam aplicados na Educação, de modo que esta seja transformada em um mercado livre, amplo e sem restrições. Esse projeto de mercantilização da Educação pode ter consequências desastrosas para os envolvidos no processo educacional. Por exemplo, o conceito de qualidade, que vem do campo empresarial, tem sido amplamente adotado no discurso educacional com o aval da sociedade que, esmagada social, econômica e politicamente, enxerga no controle de qualidade da educação formal a ferramenta para amenizar a disparidade existente entre seus sonhos e a realidade social.

Acontece que, ao priorizar o discurso da qualidade, medem-se resultados e números finais, esquecendo-se de que a Educação é processual, e que seu sucesso e/ou fracasso são compostos complexamente por diversos elementos de ordem social, cultural, econômica, biológica, cognitiva e individual.

A sociedade, coletivamente, no seu desamparo – já consequência de um Estado cada vez menos atuante autonomamente, acaba por referendar a ideia de qualidade e mensuração de resultados observáveis para a Educação porque entende que a escola pode ser o veículo para trazer a si e a seus filhos os bens simbólicos de que eles tanto precisam para serem preferidos pelos donos do capital na ocupação de uma vaga de emprego. Assim, acabam por ser coniventes e respaldar o uso de instrumentos de homogeneização e produção em série de indivíduos aptos a ser força de trabalho eficaz para manter a máquina funcionando e lucrando. Testes de larga escala padronizados, por exemplo, são aplicados aos estudantes, com a intenção de medição da aprendizagem. Utiliza-se um único instrumento para todos, e as diferenças locais são apagadas, os processos individuais de aprendizagem são ignorados, e o crescimento individual dos estudantes não é levado em conta. Somente os resultados são importantes.

O Banco Mundial, um dos braços do poder tridimensional neoliberal no mundo, reconhece que a Educação é um “investimento estratégico no desenvolvimento”, e indica que a Educação seria a “melhor ferramenta” que os países podem usar para aproveitar os potenciais da mente humana de modo a usufruírem “desde os avanços na saúde e inovação agrícola à construção de infraestruturas e ao crescimento do sector privado” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 5). Embora o Banco Mundial, em seu documento, reconheça o quanto a Educação é importante para o progresso de um país e defenda vastos investimentos na área, sua concepção é de que a conexão entre progresso do país e Educação seja importante porque esta, se bem estruturada [nos moldes neoliberais], pode levar à formação de mão de obra adequada para atender aos interesses do setor privado. Não existe, no documento, a Educação sendo considerada importante para a democratização da arte e dos conhecimentos históricos elaborados, nem para ser a instância adequada para o desenvolvimento da ética, da criatividade, dos potenciais intelectuais do indivíduo. O pensamento é claro: é necessário que haja investimentos nos indivíduos para que esses cheguem ao mercado de trabalho bem treinados para serem bons funcionários e qualificados com as competências que interessam a seus empregadores.

Esse documento ainda ressalta a necessidade de mudança nos sistemas de educação dos países do grupo porque foi constatada “a incapacidade dos sistemas de educação para formar jovens com as competências correctas para o mercado de trabalho” (p.4). Ora, é perfeitamente adequado que um banco pense em lucros, investimento, crescimento. O que não é natural, a meu ver, é um banco pensar os objetivos para a Educação de uma nação – ou melhor, de várias. Mesmo assim, as metas que têm norteado os rumos da Educação sistematizada em todos os estados membros da ONU foram e têm sido desenhadas, estabelecidas e delimitadas pelo Banco Mundial. Pode até acontecer, não descarto, que os objetivos da Educação estejam adequados aos de um banco, mas isso não é necessariamente coincidente, nem mandatário, visto que a Educação não é negócio, conhecimentos não são produtos, e estudantes não são consumidores.

Os objetivos do mercado neoliberal são a livre concorrência e os lucros, mas Educação, eu volto a repetir, não é – não deveria ser – um mercado, e seus objetivos não podem ser – não deveriam ser – os mesmos do mercado. Ainda assim, a proposta neoliberal, que vem de um âmbito transnacional e à qual os governos se submetem,

indica o objetivo da educação como a preparação de indivíduos para o trabalho, para atender ao mercado e aos donos do capital.

A agenda das Nações Unidas propõe que, entre as 17 metas para 2030, esteja a educação de qualidade para todos os estados membros. Essa qualidade, entretanto, tem um aspecto bem particular: em todo o texto do documento versando sobre as diretrizes para a educação de qualidade proposta e almejada, o foco fica estabelecido nas *competências para o mercado de trabalho*. Mas não seria diferente, já que a proposta de qualidade vem atravessada pelo discurso neoliberal, que preconiza atender às demandas dos donos do capital, ao livre comércio, à ampliação dos lucros das grandes corporações empresariais transnacionais. Se tivermos em foco que Educação é muito mais que adquirir competências para o mercado de trabalho, vamos enxergar o quanto essas metas estão embaçadas.

O que mais vem me assustar é quando o Banco Mundial estabelece estratégias para reformar os sistemas de educação e aponta que, para que haja investimento nos sistemas educacionais dos estados membros, é necessário que se estabeleça “um ciclo claro de retorno entre o financiamento (incluindo a ajuda internacional) e os resultados” (p. 10).

Para alcançar tais resultados,

(...) o Banco irá concentrar-se em ajudar os países parceiros a consolidar a capacidade nacional para reger e gerir sistemas educacionais, implementar padrões de qualidade e equidade, medir o sistema de desempenho com relação aos objectivos nacionais para a educação e apoiar a definição de políticas e inovação com base comprovada. (p. 10)

Pelo que leio do documento, receberão mais investimentos financeiros, os países que estiverem em consonância com as indicações do Banco Mundial para o funcionamento de seu sistema educacional, aqueles que se revelarem mais aptos a consolidar seus sistemas educacionais para os padrões de qualidade indicados. Como lembra Silva, “a escola atua ideologicamente através de seu currículo” (SILVA, 2010, p. 31). Sendo assim, se o currículo escolar deixa claro que sua proposta de qualidade prioriza o preparo para ser mão de obra para atender às demandas do capital, é essa ideologia que vai ser disseminada entre os estudantes que nela se inscrevem.

3. O problema de gerenciamento na Educação e no ensino de línguas.

A proposta neoliberal de educação apresenta a língua inglesa como ferramenta de instrumentalização do indivíduo para “agir no mundo globalizado”. O currículo neoliberal apresenta essa língua como um bem associado ao aumento de oportunidades de atuação em um mercado de trabalho cada vez mais internacionalizado. Saber a língua inglesa significa possuir um bem simbólico, poder dispor de um elemento a mais no *portfolio* de qualidades que tornam empregável o candidato ao trabalho. Prepara-se o profissional para o mundo do trabalho, instrumentaliza-se o indivíduo para que possa agir na sociedade gerando lucros, e o inglês passa a ser nada mais do que um produto a ser vendido. É lamentável que os valores éticos, estéticos, políticos e sociais do uso da língua acabem ficando esquecidos. Como já discuti em outro lugar, defendo que o ensino de língua inglesa possa

ser fonte de elementos para o repertório identitário do aluno e o enriquecimento da face volitiva de sua identidade⁴, e para a construção da cidadania plural necessária – fomentos para a equidade nesse mundo dinâmico e permanentemente reconstruído em que vivemos hoje (SILVA, 2012, p. 41).

Todas as práticas sociais dos sujeitos são intermediadas pela linguagem, pelo uso que os interactantes fazem de suas línguas. Assim, pelo estudo das variedades da língua, seus registros e gramáticas, obras literárias produzidas, manifestações culturais e demais práticas sociais é possível exacerbar o repertório linguístico-cultural dos estudantes, despertando-lhes a sensibilidade quanto ao uso da linguagem pelos sujeitos, e fomentando a construção de uma realidade diferente por meio do uso da linguagem, da nova língua em estudo. E a sala de aula de línguas é o espaço privilegiado para isso.

O objetivo do ensino da língua inglesa fica muito limitado se circunscrito somente ao atendimento aos mercados de trabalho. O senso comum, inspirado nos discursos que nos atravessam [conforme discutido na seção anterior], continua afirmando que é importante saber inglês para garantir um bom espaço no mercado de trabalho globalizado, para dominar o território da competição entre indivíduos fornecedores de força de trabalho, e para trocar de lugar nas relações de poder.

⁴ Para detalhes sobre as faces compulsória e volitiva na construção da identidade, veja essa mesma obra.

À semelhança do discurso comum de que temos de nos adaptar ao uso das novas tecnologias, porque o mundo não vai voltar ao que era sem essas tecnologias digitais, e que é preciso saber usá-las para produzir sentidos, repete-se o discurso de que é imprescindível saber inglês hoje para se chegar a algum lugar na vida. Cabe ao professor na sala de aula entender seu papel crucial na formação desses estudantes e de seus entendimentos quanto ao uso da língua inglesa: ou o inglês é visto como mais um elemento na constituição da identidade do aluno ou como o redentor neoliberal.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio - OCEM-LE (BRASIL, 2006) indicam que todas as disciplinas do currículo – e, sendo todas, inclui-se também a disciplina Língua Estrangeira Moderna, à qual está circunscrito o ensino de inglês – devem servir de meios, de caminhos, de instrumentos para que os alunos desenvolvam a cidadania crítica e a mente criativa. Essa é uma visão de Educação cujo foco principal é a formação, e não a informação simplesmente; uma perspectiva em que os conteúdos são vistos como subterfúgios utilizados pelos docentes para se atingir a formação de sujeitos.

Entendo, então, que os professores de inglês precisam estar cientes de que os sujeitos nesse mundo contemporâneo, marcado pelo discurso neoliberal espalhado pelo globo com o auxílio eficaz dos processos de globalização, precisam pensar criticamente, analisando os fenômenos sociais, econômicos e políticos que acontecem; para isso, precisam de uma educação desvinculada da noção neoliberal de qualidade. É preciso focar no domínio da língua em estudo sem, contudo, apagar as marcas de sua própria cultura. O ensino da língua precisa trazer a visão de aprendizado em que o foco repouse sobre a problematização dos textos e discursos circulantes nas sociedades, e sobre o desenvolvimento das habilidades comunicativas, do pleno exercício da cidadania, da autonomia intelectual, da crítica.

Sabendo que a língua constrói a realidade com seus conceitos, preconceitos, afetos e desafetos, ensinar língua significa muito mais que ensinar estruturas e unidades sintáticas, fonéticas, morfológicas ou semânticas; afinal, a construção social da realidade acontece na negociação de sentidos em meio às interações sociocomunicativas dos sujeitos interactantes. Assim, no momento em que acontecem as interações discursivas, uma realidade está sendo construída. Desse modo, ensinar línguas é ensinar a construir a realidade do contexto imediato, é ensinar as relações humanas entre os sujeitos sociais. Ensinar língua inglesa, portanto, pode ser entendido como a

oportunidade de propiciar ao aluno estender seu repertório de produções de sentidos, ampliando a realidade que ele constrói por meio de suas interações semióticas.

Discutindo as necessidades letradas da contemporaneidade, Brydon afirma que os sujeitos da atualidade precisam ter desenvolvidas “habilidades letradas avançadas” em cujo grupo a autora inclui a capacidade de pensamento crítico e de contextualização, análise, adaptação e tradução de informações, e relações culturais (BRYDON, p.105). Entretanto, ressalta a autora, “podemos trabalhar juntos para assegurar que o ensino de inglês nos contextos locais sejam responsivos às prioridades locais ao desenvolverem interação com os outros neste nosso mundo cada vez mais pluriversal” (BRYDON, p.108). Entendo, a partir das indicações da autora que, embora seja premente a necessidade de um ensino de língua inglesa que venha preparar os sujeitos para lidar com as diferenças e atender às necessidades de um mundo plural e uma realidade pluriversal, é necessário não abandonar as prioridades locais sob o risco de enfraquecimento das identidades dos sujeitos, como indivíduos e como coletividade. É importante ter uma prática pedagógica na aula de língua inglesa que leve o aluno a entender que, pela linguagem, é possível desafiar as verdades estabelecidas, a realidade presente, os pontos de vista herdados e os construídos.

Considerações Finais

Seja o professor um docente da Língua Estrangeira Moderna ou de qualquer outro componente curricular, é preciso trazer em mente a importância de desenvolver no aluno a capacidade de agir sobre o mundo, sendo um sujeito social ativo em sua própria história e não um produto dos interesses neoliberais.

Os profissionais da área educacional comprometidos com a educação plena sabem que esta não se resume à instrução de conteúdos disciplinares aos estudantes. Para além disso, a Educação é um movimento coletivo de práticas docentes disciplinares, que atuam conjuntamente com objetivos transdisciplinares, a saber: desenvolvimento da cidadania crítica e dos potenciais criativos; exacerbação das capacidades cognitivas; promoção do autoconhecimento; socialização; e democratização dos saberes acumulados pela humanidade ao longo de sua história social.

Portanto, é parte importante do trabalho dos professores de inglês trazer à reflexão dos estudantes o sentido e o significado do aprendizado de uma língua, e o que

representa – e o que não representa – saber inglês na sociedade global contemporânea. Em lugar de eficácia, instrumentalização e prática, que tomem lugar mais importante no trabalho docente o processo, a construção, e a reflexão, de modo que o ensino da língua inglesa nas escolas de educação formal seja pautado na visão de autonomia de nação, de independência de um povo, de identidade de uma cultura, de cidadania plural e crítica, e de subjetividades éticas e criativas.

Referências

BANCO MUNDIAL. *Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial - Resumo Executivo*. Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial: Washington, DC, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio – OCEM: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRYDON, Diana. Local needs, global contexts: learning new literacies. In: MACIEL, Ruberval Franco; ARAÚJO, Vanessa de Assis (Orgs.). *Formação de professores de línguas – ampliando perspectivas*. Jundiaí, SP: Paco, 2011.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Tradução: Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, , 2001.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

McCHESNEY. Introdução à obra CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Tradução: Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

McLUHAN, Stephanie; STAINES, David (Orgs.). *McLuhan por McLuhan – conferências e entrevistas*. Tradução: Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

PAIVA, V. L. M. O. *A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa*. In: STEVENS, C. M. T. e CUNHA, M. J. Caminhos e colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil. Brasília: UnB, 2003. P.53-84. Encontrado em www.veramenezes.com/ensino.htm . Acesso em 11-05-10

SILVA, Simone Batista. *Da técnica à crítica* – os letramentos críticos na formação de professores de inglês. Porto Alegre: Editora da Oficina, 2012.

SILVA, Tomás Tadeu. *Documentos de identidade* – uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.